

MARINA SILVA

André Leite Araujo

*mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas
(UNESP - UNICAMP - PUC-SP)*

Beatriz Walid de Magalhães Naddi

mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP)

Presidenciável

Marina Silva (Rede Sustentabilidade)

Eduardo Jorge (Partido Verde), candidato a vice-presidente

Coligação

“Unidos Para Mudar o Brasil” - Rede/PV

Cargos políticos

Vereadora por Rio Branco (1989-1990); Deputada Federal (1991-1993);
Senadora (1994-2009); Ministra do Meio Ambiente (2003-2008)

Eleições presidenciais

2010, 2014, 2018

Assessoria em relações internacionais

Júlio Rocha; Danielly de Oliveira (coordenadores de relações internacionais da Rede Sustentabilidade)

Em sua terceira candidatura à Presidência da República, Marina Silva busca superar seu desempenho eleitoral das eleições anteriores que, apesar de um sucesso inicial, terminou em ambas as vezes com a terceira posição. Em sua primeira candidatura, em 2010, pelo PV, Marina já despontou como uma novidade dentro do histórico duelo partidário entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sendo este um dos principais argumentos de sua campanha. Mariana se colocou como a alternativa à polarização e como representante de um novo modo de fazer política, equilibrando aspectos positivos e negativos dos dois grandes partidos.

Além disso, destacou-se a inclusão da sustentabilidade e do meio ambiente nos debates eleitorais haja visto que Marina recebeu o maior prêmio do meio ambiente das Nações Unidas - Campeões da Terra - no ano de 2007, como reconhecimento de seu histórico ativismo ambiental, tendo atuado, inclusive ao lado de Chico Mendes na defesa da preservação da floresta amazônica. No entanto, em 2010, Marina não passou para o segundo turno e declarou neutralidade frente a disputa entre Dilma e José Serra.

Sua segunda tentativa de alcançar a presidência se deu por caminhos mais tortuosos. Primeiro, Marina buscou institucionalizar a Rede Sustentabilidade como partido, mas, devido à falta de assinaturas comprovadas, tal processo foi barrado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Frente a isso, Marina se filiou ao PSB e foi agregada à chapa do partido à presidência como vice de Eduardo Campos. No entanto, com a morte de Campos em um acidente aéreo, Marina assumiu a posição de candidata à presidência e chegou a se classificar como segunda colocada incontestemente em pesquisa do IBOPE para o primeiro turno e vencendo de Dilma no segundo. No entanto, com o desenrolar da campanha, as intenções de voto à Marina reduziram e Aécio passou para o segundo turno contra Dilma e, diferentemente das eleições de 2010, Marina declarou seu apoio à candidatura de Aécio.

Seguindo a linha que vem adotando desde as eleições de 2014, seu plano de governo para as eleições de 2018 se caracteriza pelo caráter liberal na

economia e progressista no social. No plano econômico, Marina defende o estabelecimento de um ambiente favorável a investimentos e parcerias público-privadas, por meio de uma política econômica ortodoxa de manutenção de juros baixos, controle da inflação, inclusive defendendo a autonomia operacional do Banco Central. Ainda assim, destacam-se alguns elementos que suavizam seu caráter liberal como a crítica ao teto dos gastos públicos, a proposta de tributação sobre dividendos e a rejeição da privatização da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (apesar de não excluir a possibilidade de privatização da Eletrobrás e de outras estatais).

Já no plano social, sua agenda se caracteriza pelo caráter progressista, de apoio a programas de transferência de renda (como o Bolsa Família), chegando, inclusive, a citar a possibilidade da implantação de um programa de renda mínima universal. Além disso, aponta o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), apoia a política de cotas e argumenta em favor dos direitos LGBTI, das mulheres, dos negros e dos povos originários. Quanto aos polêmicos temas da legalização do aborto e das drogas, Marina defende a consulta à população por meio de plebiscito.

Por fim, destaca-se seu posicionamento frente às três grandes reformas: a trabalhista, a previdenciária e a política. No que diz respeito tanto à reforma trabalhista quanto à previdenciária, Marina defende seus preceitos, ainda que com críticas a quatro pontos da reforma trabalhista: i) trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres; ii) horário de almoço de 30 minutos; iii) pagamento dos honorários advocatícios por quem perder ação judicial; e iv) uso de intermitentes. Já a reforma política é uma de suas principais agendas, sendo defensora i) do sistema distrital misto, ii) de candidaturas independentes, iii) do fim da reeleição para cargos executivos, iv) da limitação a dois mandatos consecutivos legislativos, v) de mandatos de cinco anos, vi) da limitação de doação de pessoas físicas e de autofinanciamento, vii) e da reabertura da discussão sobre o sistema parlamentarista no Brasil.

Adentrando às diretrizes para política exterior, Marina defende que esta seria uma política de Estado “sem sujeição a relativizações de cunho ideológico”. Defender uma política externa que não seja ideológica pode estar pretendendo uma suposta neutralidade e tecnicidade que não coloca em discussão as motivações de conduzir a política externa de determinada maneira, despolitizando o debate em torno do projeto de inserção internacional do país.

No que tange a sua política externa, com foco na economia, destacam-se a defesa pela abertura econômica e a integração às cadeias produtivas internacionais, por meio da atuação em organismos internacionais - como a Organização Mundial do Comércio (OMC) - e acordos de livre comércio, tanto multilaterais quanto bilaterais. Complementarmente, suas diretrizes de governo estabelecem como meta aumentar as exportações e reduzir tarifas e barreiras não-tarifárias, na medida em que, para a chapa, o Brasil é atualmente uma economia fechada e que necessitaria de tais medidas para aumentar a eficiência e a produtividade do empresariado e, conseqüentemente, a integração do país ao comércio e às cadeias globais de produção.

Focando no âmbito do regionalismo, seu projeto acompanha a proposta de liberalização comercial, ao defender uma aproximação com a Aliança do Pacífico - referência liberal na região -, e a eliminação de barreiras no Mercosul, com o objetivo de alcançar o acordo com a União Europeia. Nesse sentido, as áreas geográficas destacadas como prioridade são América do Sul, América do Norte, União Europeia e Leste Asiático, o que indica um foco no relacionamento com os países de capitalismo avançado. Além disso, a África é incluída na estratégia internacional, como uma região para expansão da cooperação brasileira. Isso posto, ao Oriente Médio, à Ásia Central, à América Central e ao Caribe não são apresentadas quaisquer propostas de política externa.

Em seu plano, também é destacado o respeito aos acordos internacionais de meio ambiente - que condiz com sua atuação histórica no tema - e a aspectos

de segurança, como o combate ao crime organizado e ao contrabando - o que é situado como parte de dinâmicas transnacionais. Soma-se a isso a proposta de reforçar o uso das Forças Armadas na defesa das fronteiras contra o tráfico de drogas, armas e pessoas, o que, segundo as diretrizes de Marina, estaria diretamente vinculada à soberania do país. Logo, depreende-se do texto de seu programa que as fronteiras nacionais com os vizinhos sul-americanos são vistas como pontos de entrada de problemas a serem controlados, mas não como um espaço de interação e cooperação. Ainda que a cooperação internacional seja colocada como um dos objetivos da política externa, ao longo de suas diretrizes de governo não se estabelece uma conexão entre as políticas públicas domésticas e sua possível expansão via cooperação internacional. Na realidade, os únicos projetos nacionais que convergem de maneira clara com suas propostas de política externa são a liberalização comercial, a sustentabilidade e o combate ao crime transnacional.

Por fim, convém ressaltar que o tamanho dado às relações internacionais no programa de governo da chapa Marina Silva-Eduardo Jorge é maior do que o dado a outras esferas temáticas, ainda que não componha o eixo central de seu programa. Assim, percebe-se que é um tópico primordialmente colocado como um desdobramento que sustenta as propostas econômicas da candidata.